

Quadrilha explorava bengalis em obras do DF

Há indícios de contratações na construção civil, incluindo obras do Minha Casa, Minha Vida

Lisandra Paraguassu
Alana Rizzo / BRASÍLIA

A Polícia Federal achou ontem um grupo de 80 pessoas de Bangladesh vítimas de uma quadrilha suspeita de tráfico internacional de pessoas. O bengalis eram atraídos com a promessa de receber salário de até US\$ 1,5 mil. Chegavam a pagar US\$ 10 mil para viajar 16 mil km de Daka, capital de seu país, a Brasília. Há indício de exploração da mão de obra na construção civil, incluindo o programa federal Minha Casa, Minha Vida. Ninguém foi preso até agora.

Os bengalis entraram no Brasil por três rotas: pelo Peru, na fronteira com o Acre – assim como os imigrantes haitianos –, pela Bolívia, na fronteira com o Mato Grosso do Sul, e pela Guiana, na fronteira com Roraima. Os estrangeiros eram instruídos a pedir o status de refugiado – algo concedido automaticamente pelo governo brasileiro. Isso permitia uma situação regular até que o caso seja julgado pelo Conselho Nacional de Refugiados.

O grande aumento de pedidos de refúgio por cidadãos de Bangladesh chamou a atenção da Polícia Federal. Em 2010, foram 39 e no ano seguinte, 111. No ano passado, os bengalis saíram da lista das quatro naciona-

lidades que mais procuraram o Brasil, substituídos por pessoas de Guiné Bissau e Somália.

'Degradante'. A operação da Polícia Federal, batizada de Liberdade, encontrou os estrangeiros em seis alojamentos em Samambaia, cidade-satélite a cerca de 30 km de Brasília, em "situação degradante". Segundo o delegado Dennis Cali, que comandou a operação, algumas residências chegavam a ter 20 pessoas em condições precárias.

Parte dos bengalis está desempregada, mas, segundo os federais, aguardava trabalhos em frigoríficos, lava-jatos, além dos postos na construção civil. Nenhum dos bengalis, segundo a polícia, tem vínculo direto com empreiteiras do Minha Casa, Minha Vida, mas muitas delas subcontratam empresas menores para tocar as obras.

Os bengalis terão agora a possibilidade de regularizar sua situação. De acordo com o Secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão, a legislação brasileira prevê que vítimas de crimes como o tráfico humano e de trabalho em situações degradantes podem receber o visto residente em caráter humanitário.

"A primeira questão agora é que a investigação prossiga para que se confirme a ocorrência

De longe



Sem dinheiro. Grupo de bengalis achado pela Polícia Federal: em busca de vida melhor

'NÃO POSSO VOLTAR', AFIRMA IMIGRANTE DESEMPREGADO

Doze homens dividiam quarto e sala na pobre cidade de Samambaia

Leonêncio Nossa / BRASÍLIA

Elles se amontoavam em uma casa de quarto e sala em Samambaia, cidade pobre da periferia de Brasília. Doze homens esperavam em colchonetes velhas e sujas vagas de emprego em obras dos prédios financiados pela Caixa Econômica Federal que surgem ali, a 25 km da Esplanada dos Ministérios.

de tráfico e de trabalho escravo. O simples fato de serem identificados como vítimas do tráfico já lhes dá a proteção do Estado brasileiro", disse o secretário.

Segundo Abrão, os estrangeiros que estiverem devidamente contratados por empresas vão receber o visto de trabalho regu-

lar. Os demais serão aceitos no País em caráter humanitário. Procurada pelo Estado, a embaixada de Bangladesh em Brasília se disse surpreendida pelo notícia e pediu apoio ao Ministério da Justiça. Segundo o Itamaraty, o setor de atendimento a diplomatas estrangeiros facilitou o

contato com as autoridades responsáveis pela investigação. O crescimento das rotas usadas por coites para trazer imigrantes irregulares para o Brasil preocupa o governo. Os primeiros a usarem os caminhos ilegais foram os haitianos, que receberam um tratamento espe-

cial devido à situação crítica do país. No entanto, as mesmas rotas estão sendo usadas agora por africanos e asiáticos, que chegam a passar por sete países diferentes até alcançarem a fronteira do Brasil, normalmente pagando milhares de dólares a atravessadores ilegais.

Sierra, na Bolívia, com escalas em Dubai, São Paulo e Buenos Aires. Da Bolívia, o imigrante pegou ônibus até o Paraná. De lá, veio foi a capital federal.

Sem nome. Em Samambaia, eles são conhecidos como os "estrangeiros" que vivem "apertados" nos cômodos de um lote da Quadra 115. Ninguém sabe o nome deles. A relação da vizinhança com o grupo é quase nula. Cada trabalhador desembolsou até US\$ 10 mil para chegar ao País.

Por considerar os imigrantes "vítimas" de um golpe, a Polícia Federal ouviu os trabalhadores como vítimas. A recepção da polícia agradeceu Faruk Ahmed, 36 anos. Ele chegou antes em Brasília. Ainda espera voltar ao Paraná, onde já esteve, assim como Melad. Quer o emprego no abate de frangos no frigorífico.

Sem alimentos. Faruk ele enfrenta as dificuldades de alimentação e acomodação na pequena casa. Ele também deixou a família em Daka. O imigrante legal não aceitou convite da Polícia Federal para se hospedar num abrigo.

Outro imigrante que entrou ilegalmente no País, Saleh Ahmed, também de 36 anos, disse que em Bangladesh, não conseguia dinheiro nem mesmo para se alimentar. Há dois meses no Brasil, ele ressalta que a situação aqui é melhor que no seu país e o maior problema que enfrenta é a falta de documentos. Os coites – que cobram alto para auxiliar os ilegais na passagem pelas fronteiras – recolheram todos eles.

Juiz do Fisco paulista desembolsa R\$ 7,1 mi em menos de seis meses

Suspeito de corrupção, funcionário da Fazenda que ganha R\$ 13 mil ao mês usou dinheiro para comprar dois imóveis

O juiz Élcio Fiori Henriques, do Tribunal de Impostos e Taxas da Secretaria da Fazenda, desembolsou R\$ 7,1 milhões praticamente à vista na compra de dois conjuntos de salas do Edifício Wilson Mendes Caldeira, na Avenida Nações Unidas, Vila Olímpia. Foi a operação comercial mais relevante de Fiori – que recebe R\$ 13,02 mil líquidos mensais como fiscal de Rendas –, desde que assumiu cadeira de juiz do TIT, em 2008.

Ele pretendia comprar um terceiro imóvel no mesmo prédio, por cerca de R\$ 3,2 milhões – o que elevaria a R\$ 10,3 mi-

lhões toda a empreitada –, mas um entrave burocrático, por causa de uma certidão pendente da Receita, o fez perder o negócio para outro interessado.

Passaram-se menos de seis meses desde a assinatura do contrato de aquisição do primeiro conjunto, em 15 de agosto de 2011, até a parcela final pelo segundo imóvel, no dia 10 de fevereiro de 2012. Élcio pagou R\$ 3,9 milhões por um imóvel e R\$ 3,2 milhões pelo outro. Todo o dinheiro ele repassou para a conta do vendedor por meio de transferências bancárias eletrônicas.

Nenhuma outra transação foi tão contundente em termos financeiros, pelo volume de recursos que empregou em curto período. Para os investigadores, esse negócio, em especial, revela o "arrojo do juiz", que está com os bens bloqueados por ordem judicial. Os investiga-

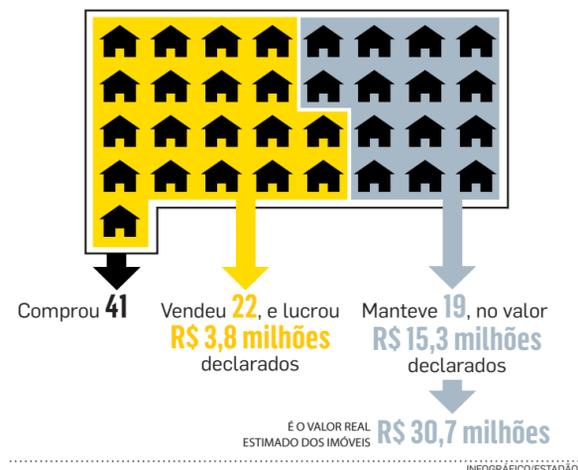
res atribuem a ele lavagem de dinheiro e corrupção. Rastreiam os julgamentos dos quais o fiscal participou, em busca de suposto favorecimento a empresas que apelaram contra autuações da Fazenda.

Em 2011, a Horácio Sabino Coimbra Comércio e Participações Ltda, holding do Café Pelé, decidiu vender os conjuntos 151, 101 e 92 do Mendes Caldeira. Mandou fazer laudo de avaliação independente, pronto em 15 de abril de 2011. O grupo deu preferência aos inquilinos, que declinaram da compra. Fiori se apresentou com dinheiro em caixa. Disse que soube da oferta por sua "rede de contatos". A negociação foi rápida.

Estratégia. Pelo conjunto 151, com área de 731 metros quadrados, Fiori pagou R\$ 3,9 milhões. Deu sinal de R\$ 1 milhão na assi-

PATRIMÔNIO EM ASCENSÃO

Entre março de 2010 e outubro de 2012, o juiz do Fisco paulista Élcio Fiori realizou as seguintes transações imobiliárias:



natura do contrato (15 de agosto de 2011). O restante dividiu em três parcelas. Queria pagar à vista, mas, por uma estratégia comercial, o vendedor parcelou. Ele deu R\$ 280 mil dia 4 de

outubro, mais R\$ 2,198 milhões no dia 5, na mesma data, consumiu o negócio com R\$ 422 mil.

Os repasses para a holding – que registrou a transação em cartório e declarou formalmen-

te todos os pagamentos – saíram da conta da JSK Serviços, Investimentos, que Fiori constituiu em maio de 2011, três meses antes do primeiro negócio.

Um dia depois de depositar a parcela de R\$ 1 milhão pelo conjunto 151, Fiori já fez adiantamento de R\$ 100 mil pelo imóvel 101, com área de 559 metros quadrados. Quitou o saldo em cinco parcelas: R\$ 1,3 milhão dia 8 de dezembro de 2011, R\$ 298 mil dia 1.º de fevereiro de 2012, R\$ 1.022 milhão em 2 de fevereiro, e mais dois desembolsos num único dia, 10 de fevereiro, que somaram R\$ 500 mil.

Quando ele concluiu a operação, o terceiro imóvel – conjunto 92 – já havia sido adquirido por outro. Fiori lamentou, mas partiu para novos investimentos – a maioria com pagamentos em espécie. Em setembro de 2012 comprou por R\$ 2,4 milhões, segundo escritura, um apartamento no Itaim-bibi.

Fiori alegou, por seu advogado, que quer conhecer o teor da investigação. Na semana passada afirmou que os valores têm origem lícita. / FAUSTO MACEDO

Grupo ganha obras no Acre após reuniões com governador

Em grampo de operação da PF, suspeito cita encontro com Tião Viana; petista nega que licitação tenha sido direcionada

Ricardo Brandt
ENVIADO ESPECIAL / RIO BRANCO

A Polícia Federal apontou no inquérito da Operação G7 suspeitas de que um dos principais investigados se valeu do trânsito que mantinha no gabinete do governador do Acre, Tião Viana (PT), para vencer uma concorrência no valor de R\$ 2,9 milhões para obras no principal hospital de Rio Branco – onde a empresa já trabalhava desde 2010 e tinha problemas para concluir os serviços.

A PF investiga o suposto direcionamento da licitação para reformas do Centro Cirúrgico e da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital de Urgência e Emergência de Rio Branco (Huerb). A concorrência foi vencida pela empreiteira CIC Construções e Comércio Ltda., que pertence a Narciso Mendes Júnior, um dos 15 presos na operação.

Diálogos gravados pela PF sugerem que a contratação da CIC foi tratada diretamente com o governador e o secretário de Obras, Wolvenar Camargo – também preso na operação –, antes mesmo da abertura da licitação. "Interceptações revelam que a licitação possivelmente foi direcionada para a empresa CIC Construções, tendo em vista que a referida já estava executando obras no

Ex-deputado seria o 'Senhor X' de 1997

● No escândalo que orbita o governador Tião Viana (PT-AC) está o principal suspeito de ser o Senhor X, personagem que disse ao jornal Folha de S. Paulo haver um esquema de compra de votos na aprovação da emenda de reeleição, no governo FHC, em 1997. Trata-se do ex-deputado federal

Huerb", relata o inquérito. A CIC já executava serviços no Huerb em 2011, quando Narciso vinha sendo monitorado nos grampos da G7. A empresa foi contratada em março de 2010 para a reforma

Narciso Mendes. Antigo rival político da família, principal opositor do governo Jorge Viana (1999 a 2006), o ex-parlamentar virou um grande aliado do atual governo. Pai do empresário Narciso Mendes Júnior, preso na Operação G7, Mendes é vizinho do governador em Rio Branco e um de seus principais confidentes. Nas 108 mil gravações da PF há ligações frequentes dele para Viana, para discutir assuntos políticos.

e ampliação do hospital – um contrato no valor de R\$ 5 milhões.

Nas conversas gravadas entre setembro e outubro de 2011 pela PF, o empresário demonstra estar preocupado com o an-

damento da obra no hospital. No dia 30 de setembro Narciso fala com um homem não identificado e menciona encontro que teria com o governador. "Tô aqui no gabinete do governador pra tentar falar com ele aqui pra resolver o negócio aí do pronto-socorro."

Viana não foi alvo das investigações, mas, segundo o inquérito, um dos momentos que o poder público local foi "leniente" com o suposto cartel é um diálogo captado no dia 1º outubro de 2011 em que Narciso cita uma reunião com o governador. Após o suposto encontro, o investigado liga para o pai, o ex-deputado Narciso Mendes, e afirma que o governador mandou fazer "uma reserva de recursos" para que a obra do hospital não parasse.

Antes, Narciso conversou com um homem não identificado sobre a mesma reunião e afirma que ouviu do governador referência às obras da UTI no Huerb. A concorrência 173/2011, para reformas no Centro Cirúrgico e UTI, só foi publicada no dia 14 de outubro.

O secretário de Comunicação do Acre, Leonildo Rosas, informou que o governador nunca recebeu qualquer empresário para tratar de contratos ou licitação e que sempre agiu dentro da legalidade. O secretário adjunto de Obras, Leonardo Freire, informou que por determinação do governador será aberta uma sindicância para irregularidades na contratação da CIC.

O advogado de Narciso, Emilson Brasil, disse que seu cliente é inocente e que se houve direcionamento das concorrências os responsáveis pelas licitações deveriam estar presos.